



AUTORIZAÇÃO N.º 5108 /2017

I. Pedido

A Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa notificou à Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) um tratamento de dados pessoais com a finalidade de realização de um estudo designado "*MH Crisis Impact*".

Trata-se de estudo que, através de uma abordagem qualitativa, pretende investigar as perceções de utentes e profissionais da saúde dos Cuidados Primários de Saúde relativamente ao impacto da crise económica na saúde mental e bem-estar dos portugueses e prestação de serviços de saúde durante este período.

O estudo terá como participantes utentes e profissionais de unidades de saúde: Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Póvoa de Santa Iria, Unidade de Saúde Familiar de São Marcos e Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados dos Olivais.

A participação no estudo implicará para os utentes a realização de grupos focais (dois em cada uma das unidades de saúde, com 4 a 6 participantes) e para os profissionais de saúde de entrevistas semiestruturadas (10 em cada unidade de saúde).

A equipa de investigação apresentará o estudo em cada unidade de saúde, onde um médico será designado como contacto de referência entre a equipa de investigação e a unidade. Será este médico a apresentar o estudo a uma amostra aleatória de utentes, solicitando-lhes consentimento para serem contactados pela equipa de investigação para agendamento do grupo focal. O médico também intermediará os contactos com os profissionais de saúde para realização das entrevistas.

Todos os participantes responderão a um questionário sociodemográfico e a tópicos sobre a sua perceção em relação ao impacto da crise económica na vida quotidiana, com enfoque particular na saúde, saúde mental e bem-estar, desigualdades sociais, relações familiares e possíveis medidas ou políticas para atenuar esses eventuais efeitos.

Será solicitado consentimento informado a todos os participantes, sendo pedido especificamente para o registo áudio. As gravações serão eliminadas após a sua transcrição

e respetiva revisão. Os dados constantes do questionário sociodemográfico serão emparelhados com as entrevistas/grupos focais através de um código que não terá relação com a identificação dos titulares.

As transcrições não conterão qualquer dado identificador do participante, nem lhes será aposto qualquer código que permita regressar à identidade dos titulares.

Serão asseguradas a natureza facultativa da participação e garantia de confidencialidade no tratamento.

II. Análise

Estando em causa a gravação das entrevistas, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, alterada pela Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto - Lei de Proteção de Dados Pessoais (LPDP), o tratamento de dados notificado, por ser suscetível de revelar opiniões ou aspetos da vida privada, corresponde a um tratamento de dados pessoais sensíveis.

Uma vez que é obtido o consentimento expresso do titular dos dados dados ou dos representantes legais, quando os titulares dos dados sejam incapazes, está preenchida a condição de legitimidade prevista no n.º 2 do artigo 7.º da LPDP.

Nos termos do artigo 10.º da LPDP, a declaração de consentimento tem de conter a identificação do responsável pelo tratamento e a finalidade do tratamento, devendo ainda conter informação sobre a existência e as condições do direito de acesso e de retificação por parte do respetivo titular.

A informação tratada é recolhida de forma lícita (cf. alínea *a*) do n.º 1 do artigo 5.º da LPDP), para finalidades determinadas, explícitas e legítimas (cf. alínea *b*) do mesmo artigo).

III. Conclusão

Em face do exposto, a CNPD autoriza o tratamento de dados pessoais *supra* apreciado, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º, da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 28.º e do n.º 1 do artigo 30.º da LPDP, e ainda da condição acima referida, consignando-se o seguinte:

Responsável pelo tratamento: Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa;



Finalidade: estudo designado "Estudo *MH Crisis Impact*";

Categoria de Dados pessoais tratados: código de emparelhamento; gravação áudio da entrevista; questionário sociodemográfico (dos profissionais: idade, género, atividade profissional atual e há quanto tempo a exerce, centro de saúde onde trabalha e há quanto tempo; dos utentes: idade, género, estado civil, nacionalidade, ocupação atual e nível de escolaridade); questões sobre a perceção em relação ao impacto da crise económica na vida quotidiana, com enfoque particular na saúde, saúde mental e bem-estar, desigualdades sociais, relações familiares e possíveis medidas ou políticas para atenuar esses eventuais efeitos,

Entidades a quem podem ser comunicados: Não há;

Formas de exercício do direito de acesso e retificação: Junto do responsável pelo tratamento dos dados;

Interconexões de tratamentos: Não há;

Transferência de dados para países terceiros: Não há;

Prazo de conservação dos dados: as gravações devem ser eliminadas no prazo de um mês após o fim do estudo.

Dos termos e condições fixados na presente Autorização decorrem obrigações que o responsável deve cumprir. Deve igualmente dar conhecimento dessas condições a todos os intervenientes no circuito de informação.

Lisboa, 16 de maio de 2017

Filipa Calvão (Presidente)